



2309 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: Influências e textos nas políticas públicas
Amilton de Moura Figueiredo - UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Flavia O C Werle - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Resumo

Da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, à criação dos Institutos Federais (IFs) em 2008, a educação profissional vem se constituindo como parte relevante na história educacional do Brasil. O conjunto de instituições existentes antes da nova institucionalidade teve seus objetivos e finalidades transformados profundamente. Esse novo desenho faz dos IFs algo que ainda não havia sido experimentado, assim, considerando serem estes o resultado de uma política pública recente, mas com forte impacto social, busca-se no projeto de tese, compreender as influências determinantes na construção de suas concepções. O estudo de cunho qualitativo é desenvolvido a partir da abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball, estruturado com base na análise de conteúdo, utilizando documentos e entrevistas. Os principais achados até o momento revelam que os IFs apresentam concepções diferentes daquelas do período anterior a sua criação e foi possível verificar que essa construção foi imersa em disputas. Por fim, há um longo caminho a ser percorrido, e o que se espera ao final é contribuir com a base de conhecimento acerca das políticas públicas em educação.

OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA:

Influências e textos nas políticas públicas

Resumo

Da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, à criação dos Institutos Federais (IFs) em 2008, a educação profissional vem se constituindo como parte relevante na história educacional do Brasil. O conjunto de instituições existentes antes da nova institucionalidade teve seus objetivos e finalidades transformados profundamente. Esse novo desenho faz dos IFs algo que ainda não havia sido experimentado, assim, considerando serem estes o resultado de uma política pública recente, mas com forte impacto social, busca-se no projeto de tese, compreender as influências determinantes na construção de suas concepções. O estudo de cunho qualitativo é desenvolvido a partir da abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball, estruturado com base na análise de conteúdo, utilizando documentos e entrevistas. Os principais achados até o momento revelam que os IFs apresentam concepções diferentes daquelas do período anterior a sua criação e foi possível verificar que essa construção foi imersa em disputas. Por fim, há um longo caminho a ser percorrido, e o que se espera ao final é contribuir com a base de conhecimento acerca das políticas públicas em educação.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação Profissional. Institutos Federais.

-

Introdução

-

No Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE-2007) foi oficializada a reorganização das instituições de educação profissional e tecnológica através da criação dos IFs. No documento estava explícita a intensão da relação dessa nova institucionalidade com os Arranjos Produtivos Locais (APLs), afirmando que "talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis". (BRASIL, 2007, p. 30).

No PDE, além da missão de integração com as regiões mais longínquas e com as diferentes matrizes econômicas e culturais do país, estavam presentes as propostas de reforçar a oferta de cursos tecnológicos em todos os níveis e modalidades, prioritariamente cursos integrados de nível médio, além da formação de professores para a educação básica, com objetivo de atender demandas das regiões de atuação das instituições. Até então, não havia na legislação educacional do país programa ou política que propunha a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades por uma única instituição.

Os IFs, a partir da Lei Nº 11.892/08, foram equiparados às Universidades no que se refere a abertura de cursos superiores, com o diferencial de também atuar na educação básica, característica única no sistema educacional brasileiro. Considerando o surgimento dessa nova institucionalidade, o tema desta investigação se articula em torno do contexto da influência acerca da construção da política pública de criação dos IFs, sendo importante resgatar a forma como essa nova proposta foi concebida, considerando os atores preponderantes naquela conjuntura. Faz parte da pesquisa o estudo do contexto da produção do texto, que juntamente com a influência, traz os debates e tensões que permearam a construção da política. A Rede Federal faz parte da história da educação brasileira e se trata de um tema a ser explorado mais profundamente, o que demanda, por sua relevância, estudos que desvendem as disputas em torno do projeto.

É oportuno anunciar que o estudo terá como referencial metodológico central a abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball e, em se tratando do tema, ressalta-se que as influências exercidas na concepção da política podem ter sido determinantes no processo da proposição, criação e escrita do texto, direcionando seus rumos e perspectivas enquanto ação de governo.

O caminho a ser trilhado faz parte do entendimento de que a política, durante sua constituição enfrenta tensionamentos, resultado não somente da conjuntura daquele momento histórico, mas de um conjunto de disputas que ocorreram durante e posteriormente a sua construção. Assim, para essa análise é importante compreender que é no contexto da influência que "as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos". (MAINARDES, 2006, p. 51).

Ainda sobre o contexto da influência, Mainardes (2006) ensina que há uma disputa entre os grupos de interesse no sentido de exercer força nos rumos e nas definições das finalidades das políticas públicas, e é neste espaço que os conceitos adquirem legitimidade. Neste sentido, a provocação do debate sobre a constituição dos IFs deve passar, necessariamente, pela análise no contexto da influência, considerando que estas são visíveis desde os argumentos que justificaram a criação da política, até o debate em torno das concepções ou mesmo das diretrizes administrativas. Na sequência da análise do ciclo de políticas encontra-se o contexto da produção do texto, que "representam a política". (MAINARDES, 2006, p. 52).

No caso da política de criação dos IFs o texto orientador é representado pela lei Nº 11.892/08, que aglutinou, após o processo de influências, um conjunto de diretrizes que estabeleceram a política posta em ação. É importante compreender que "[...] a política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico de sua produção". (MAINARDES, 2006, p. 52). É nesse sentido que ao se observar os debates em torno do Projeto de Lei (PL) Nº 3.775/08 de criação dos IFs é possível verificar o conjunto de disputas e acordos que resultaram no texto final, que constitui a concepção da política e que será, na sequência, colocada em prática, inaugurando um novo contexto vivo e dinâmico.

Metodologia

O estudo é de cunho qualitativo, estruturado com base na análise de conteúdo e desenvolvido a partir da abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball, sendo os dados obtidos por meio de análise documental e realização de entrevistas.

Cabe destacar que para o tema proposto é propícia a análise de documentos oficiais, notas públicas, pareceres, leis e decretos exarados no período de construção da concepção da política, principalmente considerando que esses documentos têm origem na "formalização/legalização do resultado de um embate político e social, que refletirá a hegemonia de uma certa interpretação elaborada por uma determinada classe social, em um dado tempo e espaço." (FARIAS E BEZERRA, 2011, p.52).

Entretanto, a documentação por si só não traduz as vontades, influências e disputas ocorridas em torno dos debates que constituíram o ambiente de formatação da política proposta. Por isso, optou-se por agregar a entrevista de modo a enriquecer o conjunto de fontes para o desenvolvimento do estudo, uma vez que estas constituem um ferramental importante para se atingir os objetivos perseguidos. Assim, Minayo (2004) ensina que essa forma de coleta de informações remete-se a arena de conflitos e contradições, considerando o *status da palavra* e a fala individual reveladoras. Neste sentido, a questão do caráter da interação social pauta a relação entre pesquisador e pesquisado, segundo a autora.

Além disso, é importante destacar que é imprescindível o uso de instrumentos que viabilizem a compreensão das atitudes, valores e intencionalidades das pessoas envolvidas. Logo, serão entrevistados atores que participaram ativamente desses processos, sendo eles representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, dos conselhos das instituições que deram origem aos IFs, da Câmara dos Deputados e do Sindicato dos Servidores, totalizando dez participantes.

A construção do texto final da pesquisa requer a utilização de um conjunto de técnicas, e a análise de conteúdo se soma enquanto ferramental para fortalecer a teoria, representando uma possibilidade que, conforme nos ensina Moraes (2003), a partir do estabelecimento do *corpus* de investigação, da sua categorização e desconstrução, se constitui num ciclo que define um processo de pesquisa, que auto organizado resulta no texto central ou na tese defendida a partir de argumentos edificadas ao longo do processo que se deseja emergente.

Resultados

A busca por elementos para fundamentar a pesquisa resultou no resgate da legislação educacional referente a educação profissional da década de 1940 até os dias atuais. Este estudo, chamado de Panorama da Educação Profissional no Brasil, revelou que ao longo da história do Brasil a educação profissional teve objetivos e finalidades que sempre se voltaram ao atendimento das necessidades de formação de mão de obra, reforçando fortemente a divisão da educação conforme as classes sociais que compunham a sociedade brasileira. Além disso, o Estado atuou fortemente como regulador da educação profissional, associando-a, via de regra, a um modelo econômico e ao fortalecimento do modo de produção capitalista.

O poder público, por vezes com um discurso de atenção social, por outras de desenvolvimento e criação de empregos, moldou, através da legislação, uma educação voltada para o atendimento dos interesses do capital interno e externo. Assim, a história da educação traz consigo as características de cada momento da vida política, econômica e social do país e estas precisam ser observadas para que se compreenda as influências e os textos que determinam as políticas públicas.

Além disso, foi possível atestar, a partir da análise da tramitação do PL Nº 3.775/08, a existência de tensões que ocorreram na Câmara dos Deputados. Neste sentido, observa-se que durante a pesquisa por vir muitos dos temas que suscitaram debates acerca das concepções da política pública surgirão como elementos centrais no contexto da influência e da construção do texto.

Conclusão

No caminho da investigação percorrido até aqui foi possível constituir duas importantes contribuições: o levantamento da legislação da educação profissional no Brasil, que revelou a divisão da educação entre formação intelectual e treinamento para o trabalho e a descrição e análise da tramitação do PL Nº 3.775/08, que revelou um cenário com inúmeras disputas que envolveu, para além da criação de uma rede de educação, a luta por espaços políticos, concepções de educação e orientação da política. As políticas educacionais, via de regra, se condicionam aos governantes que estão no poder, ou seja, acabam respondendo, na maioria das vezes, a programas de governo e não aos interesses genuínos de uma nação. Ao compreender a história das instituições e das políticas públicas, é possível uma maior apropriação destas pela sociedade, fator de extrema relevância em tempos de ataque à escola pública, podendo contribuir para o enfrentamento às políticas neoliberais.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em 01 de novembro de 2017.

FARIAS, Isabel M. S. de; BEZERRA, José E. B. Do documento ao documento: recompondo seu lugar histórico. In: NÓBREGA-THERRIEN, Sílvia M.; FARIAS, Isabel M. S. de; NUNES, João B. C. (Org.). **Pesquisa científica para iniciantes**: caminhando no labirinto. Fortaleza: EdUECE, 2011.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas**: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, Abr 2006, vol.27, Nº94, p.47-69.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz**: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciênc. educ. (Bauru)*, 2003, vol.9, no.2, p.191-211. ISSN 1516-7313.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed., São Paulo: Hucitec, 2004